

Espaços entrecruzados, agentes culturais: o exemplo das revistas alternativas urbanas

Ivete Lara Camargos Walty

Resumo: Inspirando-me em Walter Moser (2004), quando ele propõe que, no contexto histórico contemporâneo, “um agente transfere um objeto cultural de um sistema a outro”, estudo aquilo que se pode chamar um outro tipo de enunciação pedestre (cf. De Certeau, 1994): o trânsito de agentes culturais em suas relações com os segmentos da população que fazem da rua sua casa. Analiso para isso um tipo de revista feita para ser vendida pela população de rua nas grandes cidades. Neste trabalho, concentro-me nas revistas *Ocas*, em São Paulo e Rio de Janeiro, em diálogo com *L’itinéraire*, em Montréal, a despeito das diferenças econômicas e sociais entre os dois países em questão. A análise dos textos é feita a partir da relação entre três elementos: o espaço físico e simbólico das cidades e das revistas, os agentes mediadores culturais presentes no processo de produção e recepção dessas publicações e o trânsito desses agentes por esses espaços.

Abstract: This study is inspired by Walter Moser (2004), when he proposes that, in the contemporary historical context, “an agent transfers a cultural object from one system to another”, which can be called another type of pedestrian enunciation (cf. De Certeau, 1994): the transit of cultural agents in their relations with segments of the population living in the streets. For such, a kind of magazine sold by street vendors in big cities is analysed. The focus here is on magazines *Ocas*, in São Paulo and Rio de Janeiro, in a dialogue with *L’itinéraire*, in Montréal, regardless of economic and social differences between the two countries. The text analysis is carried out with basis on the relation between three elements: the physical and symbolic space of the cities and magazines, the cultural mediator agents taking part in the production and reception of those publications, and the agents’ transit through those spaces.

O mundo contemporâneo é caracterizado pela mobilidade cultural, definida por Walter Moser como atos de transferência através dos quais “um agente transfere um objeto cultural de um sistema a outro em um contexto histórico concreto” (Moser, 2004). Tal transferência pode ser feita por meio de deslocamentos geográficos, como no caso das migrações internacionais, nacionais ou regionais; midiáticos, como naqueles operados pelas diversas mídias que atravessam as fronteiras físicas de países e regiões, e, finalmente, através das trocas de

suportes e de tecnologias no processo de produção da arte.

Em função desse processo de transferências, pode-se observar a formação de grandes redes que ligam produtos culturais de diversas origens, que se instalam em diferentes sociedades, em um mecanismo de transculturação marcado pelo movimento de interseção.

As cidades, sobretudo as grandes cidades, tornam visíveis, mais do que nunca, a diversidade e a mobilidade culturais na arquitetura, nos espetáculos apresentados nos teatros ou nas ruas, nas manifestações comerciais, religiosas e políticas e, principalmente, através do trânsito de pessoas diversas, com diferentes vestimentas, penteados, línguas e hábitos.

Há, no entanto, em várias cidades do mundo, um outro tipo de trânsito, aquele das pessoas desvalidas que caminham pelas ruas e praças em busca de sobrevivência, exibindo, paradoxalmente, sua impossibilidade de transitar pela sociedade, e de ter acesso a seus bens materiais e simbólicos. Delineia-se um quadro em que abertura e fechamento, movimento e engessamento se colocam face a face, explicitando o mecanismo perverso da exclusão social. A deambulação dessas pessoas exhibe, ao mesmo tempo, sua impossibilidade de deslocamento social, seu contingenciamento dentro de uma ordem excludente.

Algumas iniciativas, entretanto, criando ou ampliando um espaço simbólico, podem incrementar a mobilidade social e cultural desses grupos, mas sem se livrarem do paradoxo, pois só conseguiriam atingir seus objetivos de reinserção social das pessoas na medida em que lhes retirassem sua mobilidade física, exigindo-lhes a sedentarização produtiva. Nesse sentido, vale lembrar Maffesoli quando associa “o nomadismo a uma forma de resistência, de quebra da hegemonia da ordem social”, ressaltando que “a domesticação está na passagem do nomadismo para o sedentarismo” (2001, p. 24).

Ressalte-se a especificidade desse tipo de mobilidade; se em movimento pelas ruas, tais pessoas, excluídas da ordem social, revelam seus bastidores em uma forma de resistência; se sedentarizadas em uma vida inserida nos mecanismos do mercado, perderiam sua forma de resistência, mas ganhariam

poder de intervenção na ordem que as exclui.

Seria, pois, interessante estudar algumas manifestações dessa mobilidade ligada à vida na cidade, em relação a essas pessoas que moram na rua, tendo sua casa debaixo das pontes, às margens das rodovias ou em terrenos baldios.

Nesse contexto urbano, um tipo particular de produção me chama a atenção: as revistas produzidas para serem vendidas pela população de rua, como *Ocas*, em São Paulo e Rio de Janeiro, *Boca de rua*, em Porto Alegre; *Hecho en Buenos Aires* e *Diagonal*, em Buenos Aires; *Hecho en Chile*, em Santiago, entre outras. Tais revistas, ao lado de *The Big Issue*, em Londres, *Street News*, em Nova Iorque, e *L'itinéraire*, em Montreal, se inserem em uma rede mundial chamada INSP – International Network of Street Papers. Seu processo de produção, distribuição e recepção caracteriza um outro tipo de mobilidade na medida em que implica diferentes segmentos sociais: de um lado, a população excluída em sua diversidade; do outro, jornalistas, intelectuais, artistas e produtores culturais.

Assim se caracteriza essa rede mundial de jornais de rua:

The International Network of Street Papers (INSP) is a global organization set up to promote the concept of the street paper as a means to address homelessness, social exclusion and poverty in our society. INSP is a network of 80 street paper members situated across 34 countries. INSP's head office is located in Glasgow, Scotland. In 2006 the organization formed a strategic alliance with its North American counterpart, NASNA based in Seattle, Washington to form a single global street paper movement.

INSP offers support and developmental opportunities to its members and provides advice to individuals or projects seeking to develop street papers. It lobbies on behalf of the street paper movement and on behalf of homeless and socially excluded people in our society. (www.street-papers.org/11.htm – consultado em 13 set. 2007)

Desde seu início, em 1990, a INSP associa países desenvolvidos e em desenvolvimento, acreditando na troca de conhecimento e experiências, tanto entre tais parceiros como entre os parceiros locais envolvidos no processo. Assim, a rede internacional de revistas poderia ser caracterizada como uma ação

coletiva a partir da interação em rede (cf. Scherer-Warren, 2006, p. 216-217). A autora, que divide essas redes em duas categorias, “coletivo em rede” e “redes de movimentos sociais”, diz:

Coletivo em rede refere-se a conexões numa primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjuntas, como são, por exemplo, os links e conexões que ONGs promovem entre si ou com outros atores políticos relevantes, através da Internet ou de outras formas de mídia alternativa (2006, p. 216).

Por outro lado, a autora afirma que a rede de movimentos sociais é mais complexa na medida em que estes

transcendem organizações empiricamente delimitadas, [conectando], simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico [...], de identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas [e] de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica (2006, p. 216).

Tudo indica que a INSP estaria inserida no primeiro bloco, o que não impede sua relação com outros movimentos sociais. Mais do que classificar, no entanto, importa buscar entender esse tipo de mobilidade sociocultural. Por isso mesmo, faz-se necessário colocar em evidência o jogo no qual se engajam essas publicações alternativas, que, ligadas em rede marcada pela solidariedade, se submetem às leis do mercado e suas regras de compra e venda, tendo por objetivo reinserir econômica e socialmente os marginalizados urbanos.

Estudo, então, essas publicações como um tipo especial de rede que põe lado a lado os sem-teto e outros atores sociais – artistas, religiosos, professores –, atravessando fronteiras locais e nacionais em um movimento dialógico. Para fazer isso, apóio-me na teoria da enunciação pedestre, elaborada por Michel de Certeau (1994), por analogia com a enunciação lingüística. Para descrever os movimentos dos pedestres, dos itinerantes,

excluídos da rede urbana, De Certeau, tomando seus trajetos como práticas de espaço, caracteriza suas intervenções na paisagem cultural da cidade. Ao lado disso, o conceito de espaço público desenvolvido por Habermas (1990) e retomado por Dominique Wolton (1997) é também utilizado para compreender esse movimento simbólico que reúne pessoas de diferentes níveis sociais, em um tipo de parceria local/internacional.

No prefácio da edição de 1990 de seu livro *L'espace public*, Habermas, com J. Keane, considera que

O núcleo institucional da sociedade civil é constituído por esses agrupamentos voluntários fora da esfera do Estado e da economia, que vão, para citar apenas alguns exemplos, das igrejas, associações e círculos culturais, passando pelas mídias independentes, associações esportivas e de lazer, clubes de debates, fóruns e iniciativas cívicas, até as organizações profissionais, os partidos políticos, os sindicatos e as instituições alternativas (p. xxxii).

Habermas continua, dizendo que, para Keane, a função dessas associações é a de “manter e redefinir as fronteiras entre a sociedade civil e o Estado através de dois processos interdependentes e simultâneos: de uma parte, a extensão da igualdade social e da liberdade”, de outra parte, “a reestruturação e a democratização do Estado” (p. xxxii). Trata-se, então, de associações que contribuem para a formação de opinião.

Agrupando pessoas de diversos segmentos sociais cujos interesses não são comuns como aqueles dos grupos políticos, religiosos ou esportivos, mesmo que possam ser de todas essas naturezas, as revistas alternativas urbanas, objeto deste trabalho, representam um caso desse tipo de parceria. Associações diferentes se unem para fazer uma publicação em papel-jornal, mirando um público também diversificado. Pode-se falar de uma enunciação compósita e de uma recepção também diferenciada. Quem fala? A quem fala? Como essas palavras se situam face à força das mídias eletrônicas ou diante dos mecanismos do mercado? Pode-se dizer que esse tipo de publicação faz parte do espaço público, sobretudo se se

considera que o espaço público é policêntrico e tem várias configurações?

Os estudiosos do jornalismo vêm analisando um tipo de mídia que teria características peculiares, chamada jornalismo público, jornalismo cívico ou jornalismo cidadão, caracterizada, sobretudo, por maior participação do leitor, que se inseriria no processo como sujeito e não apenas como espectador¹. A expressão “jornalismo cívico” surge em ambiente eleitoral norte-americano, por volta de 1990, com o objetivo de “retomar o contato com a comunidade, descobrindo o que os leitores querem e abrindo espaço para discussão dos temas de interesse público” (www.igutemberg.org/casti15.html, p. 1). Por meio de pesquisas de opinião entre leitores, foram detectados os problemas que passariam a dirigir as pautas dos jornais envolvidos na proposta: “segurança pública, desemprego, saúde, educação e aposentadorias” (p. 1-2). Um grande debate, que continua ainda hoje, envolveu a mídia impressa americana, que se sentiu ameaçada em sua autonomia. Tal discussão, no entanto, só me interessa para mostrar que os rótulos jornalismo público, cívico ou cidadão não são suficientes para agrupar esse tipo de jornalismo diretamente voltado para o segmento social que habita as ruas das grandes cidades, não só como objeto, mas como co-sujeitos das publicações: o espaço dado às palavras dos desassistidos não encontra correspondência em outros jornais e revistas.

Mesmo reconhecendo com Maia (2006, p. 34) que, em campo tão complexo como o da mídia, não se podem estabelecer antinomias entre empresas e grupos subalternos, parece-me que a expressão jornalismo alternativo seria suficiente por ora para denominar a prática do *street paper*, na medida em que essa esfera do jornalismo, que se quer fora do escopo da grande mídia, “costuma estar associada ao terceiro setor (como ONGs, institutos culturais e entidades filantrópicas)”

¹ Termos conhecidos a partir de pesquisa de um grupo de estudantes de jornalismo da PUC Minas às quais prestei consultoria, em 2006, sobre o material a ser analisado: Ana Paula de Oliveira, Bárbara Magalhães Fonseca, Débora de Oliveira Chaves, Juliana Mont’Alverne Flores e Lorena Lopes da Costa. O título do trabalho em desenvolvimento é “O *street paper* como espaço de manifestação do jornalismo cívico”.

([http://pt.wikipedia.org/wiki/jornalismo alternativo](http://pt.wikipedia.org/wiki/jornalismo_alternativo)).

Essa política que agrega diferentes grupos sociais dialoga, pois, com Habermas, em sua formulação sobre os grupos voluntários fora da esfera do Estado. Além disso, vale lembrar que para Habermas, “a exclusão das camadas inferiores, mobilizadas cultural e politicamente, provoca já uma pluralização da esfera pública em sua fase de formação” (1994, p. vi), marcadamente burguesa. Pode-se perguntar, pois, como se forma esse espaço hoje e que papel o tipo de publicação em estudo desempenha num contexto dominado pelas mídias eletrônicas.

Neste trabalho, concentro-me na revista *Ocas*, publicada em São Paulo e Rio de Janeiro, em diálogo com *L’itinéraire*, de Montréal, a despeito das diferenças econômicas e sociais entre os dois países em questão. A análise dos textos é feita a partir da relação entre três elementos: o espaço físico e simbólico das cidades e das revistas, os agentes mediadores culturais presentes no processo de produção e recepção dessas publicações e o trânsito desses agentes por tais espaços.

A revista *Ocas*, como se pode notar em sua página de abertura, é “publicada pela Organização Civil de Ação Social”. Essa organização “é uma entidade da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos”. Além disso, esclarece-se que a revista “é produzida por jornalistas e não depende de empresas de comunicação, e que ela não tem nenhum interesse comercial ou político”.

Na seção “Expediente”, podem-se ler os agradecimentos às outras entidades ou pessoas que contribuem com a publicação da revista. Os nomes variam: percebe-se a presença de outras instituições, públicas ou privadas, como Médicos sem Fronteiras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), The British Council, da agência de publicidade W/Brasil, da empresa da área de moda M. Oficcer, e de outras associações ligadas à população excluída, como “Rede Rua”, além de estações de rádio, sindicatos, órgãos municipais etc. Esse apoio, com algumas exceções, não tem sido fixo, assim como a publicidade bastante incipiente. Uma das repórteres nos revela em entrevista:

A *Ocas* tem parceria com algumas entidades como o MAM – Museu de Arte Moderna de São Paulo e a agência W/Brasil (que realiza peças publicitárias para o projeto). São parceiros sobretudo institucionais. Buscamos sempre também anunciantes, mas não temos obtido grande êxito. A *Ocas* é um projeto que trabalha com população adulta em situação de rua, um público que não costuma suscitar muito interesse dos anunciantes (Denise Mota, 23 jan. 2006).

A revista mantém-se, pois, com tais apoios, além de 30% do seu preço de capa e do trabalho voluntário de repórteres jovens, com média de 30 anos, que trabalham em outros lugares para se manter.

É interessante ainda recorrer aos organizadores da revista para compreender como é regida a pauta da publicação:

A *Ocas* é uma revista criada por conta de um projeto social. Isso é o ponto zero da publicação. Assim sendo, a voz das pessoas em situação de rua tem que estar sempre, em todas as edições, contemplada. Para isso, temos uma seção (que existe desde o número 1 da *Ocas*), chamada “Cabeça sem Teto”. Também temos por norte publicar reportagens exclusivas; não republicamos textos, a não ser artigos que saem na chamada mídia alternativa e textos de ONGs que apoiamos, que não têm suficiente divulgação de seus trabalhos e que, por isso, cedemos espaço (1 pág.) para que mostrem o que fazem, caso do “Becos & Vielas”, publicado por 2 anos na *Ocas*, do “Olhares do Morro” (publicado por 1 ano), da “Expedição Vaga-Lume” (1 ano), e mesmo do Teatro da Vertigem, que publicou na *Ocas*, por 1 ano, o processo de construção do seu espetáculo teatral. Nesse caso, foi uma opção da *Ocas* de reunir um texto exclusivo mensal e uma aposta na maior integração entre o público, a rua e o artista, eixos também do trabalho do Vertigem.

Quanto às pautas principais, a *Ocas* procura sempre temáticas interessantes que valorizem iniciativas sociais, e as áreas em que mais publica são as de cultura, cidadania, comportamento e política. Agora estamos começando a publicar mais reportagens de esporte, uma das nossas metas do ano passado (Denise Mota, 23 jan. 2006).

Observe-se que, além de objeto da revista, os vendedores pertencentes ao segmento social que a motiva participam como sujeitos de sua escrita. Quanto aos leitores, pode-se depreender pelo tipo de reportagem que são pessoas, em geral, já

sensibilizadas por essa causa, como estudantes e professores, sobretudo universitários, além de assistentes sociais, psicólogos, jornalistas e outros profissionais envolvidos com questões relativas a esse segmento excluído, o que se confirma pela leitura da seção “Cartas”. Embora a revista seja vendida na rua e não aceite o sistema de assinaturas, tem leitores que moram fora do país e conhecem também outras revistas da rede internacional, como *The Big Issue*, em Nova Iorque, ou a portuguesa *Cais*. De qualquer modo, observa-se um crescimento da tiragem mensal de *Ocas*, que passou de 5000 na época dos números analisados (2002 a 2005) para 7500 em 2007.²

Percebe-se, pois, que a produção, a distribuição e a recepção da revista *Ocas* em sua caracterização como *street papers* é um processo com singularidades que nos autorizam a distingui-la da mídia tradicional, em geral hegemônica, mesmo que se saiba que também essa classificação abriga uma diversidade de produtos heterogêneos.

Considerando-se tudo isso, optei, em um primeiro momento, por considerar os editoriais, já que são a expressão dos valores do grupo responsável pela publicação. Escolhi alguns deles no período de agosto de 2002, época de fundação da revista, a fevereiro de 2005. O primeiro (agosto de 2002, número 2 da revista) se intitula “Auto-retrato”. Aí se discorre sobre a própria revista em sua relação direta com a rua. É então que se encontram sinais de uma parceria entre diferentes segmentos sociais, o que vai caracterizar o trabalho do grupo por si só heterogêneo.

Nosso time é formado por seguranças, engenheiros, vendedores, técnicos de refrigeração, catadores de materiais recicláveis, empregadas domésticas, artistas. O que têm em comum é a rua, cenário de uma espécie de boemia cruel determinada por falta de trabalho, desagregações familiares, aventuras malogradas (p. 5).

A rua é, então, apresentada como “o ponto onde histórias tão díspares se encontram”. A idéia de passagem que caracteriza a cidade – “viadutos, praças, vielas” – caracteriza também a

² Momento em que se retoma este artigo para publicação.

revista – um movimento paradoxalmente transitório e permanente. Esta apresenta a si mesma como um beco com saída, “a possibilidade de um recomeço”, um caminho para a reinserção social.

Na edição de novembro/dezembro do mesmo ano, o editorial intitulado “O melhor presente: um Brasil mais solidário” apresenta somente duas fotos. A primeira revela a participação de vendedores de *Ocas* em um evento organizado pelo Instituto Itaú Cultural, vinculado ao maior banco privado do Brasil. A segunda mostra a participação dos vendedores no encontro da COOPAMARE, a Cooperativa dos Catadores de Papel e Material Reciclável, por ocasião da jornada mundial para a erradicação da pobreza.

Os dois pólos extremos da sociedade capitalista estão aí bem demarcados: o banco e os catadores de papel, o lugar do dinheiro e o lugar do lixo produzido pela sociedade.

Outros textos importantes fazem também a ligação entre esses dois pólos: as reportagens e os editoriais que têm como tema a operação “Cata-Tralhas”, ação comandada pela prefeitura do Rio de Janeiro para fazer a coleta de grandes objetos utilizados pelos moradores em situação de rua. Trata-se de uma operação que tem como objetivo fazer a limpeza da cidade e que se chama “Controle Urbano”. Na reportagem “Dormiu no centro da cidade? Perdeu tudo”, percebemos como as pessoas que moram nas ruas são, elas mesmas, tratadas como as coisas de que elas têm necessidade para viver: caixas de papelão, carrinhos velhos e enferrujados, tudo o que utilizam para construir suas casas nas ruas. Depois de remover os objetos, os responsáveis pela operação obrigam os desvalidos a abandonar os lugares onde vivem. Publicando a palavra das vítimas, a reportagem chama a atenção do leitor para os atos arbitrários ordenados pelo subprefeito Marcelo Mywald:

Eu estava no Aterro do Flamengo, por volta das 23 horas, com um amigo. Nós fomos abordados pelos policiais militares que estavam em uma viatura da polícia. Eles disseram que nós cometíamos atos obscenos, dizendo: “Você perdeu isto”. Então foi assim: eles pegaram meu secador – Você perdeu isto; minha escova – Você perdeu isto; minhas tesouras – Você perdeu isto.

Enfim, eles levaram minhas ferramentas de trabalho. [...] Depois, uma outra amiga e eu fomos obrigados a ir embora de um lugar porque as pessoas da operação “Cata-tralhas” chegaram e nos expulsaram (J. C. O., cabeleireiro, n. 5, nov./dez. 2002, p. 9).

No editorial do número seguinte, “Sem direito a ter direitos”, a revista retoma o tema, associando o abuso da operação, que inutiliza os objetos recolhidos na rua, e a injustiça da organização social, que joga pessoas na rua e depois não as aceita nos lugares públicos. O editorial denuncia a situação, tomando a defesa dos sem-teto frente ao poder público.

Na revista de março de 2003, volta, mais uma vez, o tema da operação “Cata-Tralhas”, com uma segunda parte do editorial “Sem direito a ter direitos”. Apresentam-se aí as providências tomadas pelos órgãos municipais na preparação do carnaval, o maior acontecimento sociocultural da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o ponto de vista das autoridades, a proteção do turista faz parte dessas providências, o que significa que é necessário controlar os habitantes de rua. Para provar isso, a revista publica uma declaração positiva, que reconhece a complexidade do problema, ao lado de uma outra, que revela o desprezo pelas pessoas que moram nas ruas.

<p><i>Embora seja de natureza eminentemente social, esse problema acaba tendo implicações policiais quando menores de rua e mendigos praticam delitos.</i> (Sérgio Ricardo de Almeida – presidente da TurisRio e coordenador do Comitê Integrado de Segurança Turística)</p>	<p><i>Não há nada nas posturas municipais, por exemplo, que dê a uma pessoa o direito de se instalar numa rua com poltrona, colchão e fogão como se fosse sua casa.</i> (Elizabeth Cayres, da Delegacia Especial de Atendimento ao Turista)</p>
--	---

É interessante observar que, no dia 9 de julho do mesmo ano, junto com outros grupos, a revista organizou um seminário sobre a população em situação de rua, em que estavam presentes representantes de várias organizações do poder municipal, estadual e federal, ao lado de representantes de universidades, centros comunitários e, é importante salientar, representantes da população que mora na rua (cf. Editorial de

agosto de 2003). Nesse fórum foram discutidas políticas públicas para atender a esse segmento excluído da sociedade.

A reportagem que versa sobre esse acontecimento se intitula “Em busca dos direitos perdidos”, em uma evidente relação com o título do romance de Marcel Proust, *À la recherche du temps perdu*. Nessa reportagem o leitor é alertado para a necessidade do estabelecimento do diálogo entre os agentes do trabalho social (sociólogos, psicólogos, educadores) e os sem-abrigo. Esse fórum revelou-se um lugar de negociação entre pessoas provenientes de diferentes espaços físicos, sociais e políticos. Dessa forma, o evento tornou-se um desdobramento da própria revista, que reconhece o direito dessas pessoas de ter desejos, vontades e não apenas necessidades. As pessoas tornam-se sujeitos de suas ações e não somente objeto de discussões entabuladas por outros, mesmo que bem-intencionados.

É justamente como objeto que a sociedade vê, em geral, esse segmento da população, tal como se pode constatar no editorial de setembro seguinte: “Operação Zona Sul Legal: legal para todos?”. Fala-se mais uma vez da limpeza feita pela prefeitura, evidenciando que na publicidade oficial “o governo estadual associa a população em situação de rua à violência e criminalidade; são veiculadas imagens de pessoas sendo recolhidas por camburões da polícia e depoimentos de cidadãos ‘incluídos’ que dizem se sentirem então ‘muito mais seguros’”.

Tal violência torna-se um massacre quando, alguns meses mais tarde, moradores de rua são assassinados no centro de São Paulo, durante seu sono. É sobre esse acontecimento que a revista se debruça no número de outubro de 2004, cujo editorial tem como título “Instrumentos contundentes”, em uma referência direta ao relatório da Medicina Legal sobre a morte dos sem-teto. Faz-se um apelo urgente à sociedade, convidando-a a atentar para as pessoas que foram agredidas no centro da cidade, com o resultado de sete mortes: “Que a sociedade, também conhecida como eu e você, saiba utilizar seus ‘instrumentos contundentes’ para colaborar e exigir punição aos criminosos e a ampliação dos esforços para a proteção dos cidadãos nas ruas”.

Forma-se, então, uma rede para denunciar um crime cuja

responsabilidade não se limita às pessoas que utilizaram os instrumentos contundentes, mas atinge a própria ordem social. Em seu número de outubro de 2005, a revista *L'Itinéraire*, de Montreal, também inserida na rede mundial de *street papers*, publica uma reportagem sobre esse assunto, chamando a atenção do leitor para a campanha feita pela revista *Ocas*: “Meurtres crapuleux de sans-abri brésiliens. Campagne mondiale pour forcer une enquête indépendante”. O texto, escrito por colaboradores da *Big Issue* da Escócia, diz:

Em julho de 2004, 13³ companheiros de infortúnio de Benedito Souza, sem-teto em São Paulo, foram selvagememente assassinados. Entre eles, um caiu fulminado depois de ter tomado bebida alcóolica contendo veneno de rato; um outro viu seu pé voar em pedaços sob o impacto de uma bomba artesanal lançada sobre ele. Benedito sobreviveu, mas não foi poupado. Quebraram-lhe a cabeça. Além de sofrer as dificuldades da vida na rua, a ameaça de violência gratuita paira constantemente sobre os 10 000 sem-teto da cidade brasileira.

O texto continua, evocando outros elos da rede mundial: de um lado o jornal de rua de São Paulo e Rio de Janeiro, *Ocas*, em seu diálogo com outras publicações na rede internacional dos jornais de rua (INSP), e de outro, os leitores, que são chamados a apoiar “a campanha contra a violência feita aos sem-teto”, acessando o site www.street-papers.org. “Rogamos a todas as pessoas sensíveis à causa dos sem-teto que escrevam ao ministro da Justiça do Brasil. Não permitiremos que essas vidas roubadas caiam no esquecimento”.

É interessante lembrar que a seção da revista na qual circula essa reportagem chama-se “Globe-trottoir: nouvelles internationales provenant des journaux de rue”. O título é formado pela junção do termo *globe trotteur/euse*, em geral utilizado para fazer referência às pessoas que viajam através do mundo, com o termo *trottoir* (calçada), em sua carga semântica de margem e marginalidade.

É justamente sobre o que acontece na calçada e na rua que a revista ou as revistas se apóiam para criar um lugar de

³ Mantenho a diferença de números em respeito à informação que consta nas revistas.

trocas de idéias, talvez paralelas e marginais, mas também de integração e resistência. Cada vez que um jornalista, um sociólogo ou qualquer outra pessoa escreve um artigo para refletir, conjuntamente, com e sobre as pessoas que habitam as ruas, sobre sua situação, sabendo que esse não é um fenômeno isolado, eles intervêm na ordem social através da palavra. Fazendo isso, parece-me que se busca configurar um espaço público, ou uma intervenção no espaço público, tomado com o sentido utilizado por Dominique Wolton, que, a partir do conceito de Habermas⁴, analisa a questão na sociedade de massa. Diz Wolton:

Trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade. É, portanto, antes de mais nada, um espaço simbólico, que requer, para se formar, tempo, um vocabulário e valores comuns, um reconhecimento mútuo das legitimidades; uma visão suficientemente próxima das coisas para discutir, contrapor, deliberar (2004, p. 379-380).

Afirmando que tal espaço “simboliza, simplesmente, a realidade de uma democracia em ação, ou a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias”, o autor diz que o espaço público “constitui o laço político que liga milhões de cidadãos anônimos, dando-lhes a sensação de participar efetivamente na política” (Wolton, 2004).

O “espaço público pressupõe [...] a existência de indivíduos mais ou menos autônomos, capazes de formar a sua própria opinião, não ‘alienados aos discursos dominantes’, que acreditam nas idéias e na argumentação e não apenas no confronto físico” (Wolton, 2004, p. 512).

Os organizadores dos jornais de rua querem precisamente atuar nesse espaço, tomado tanto no seu sentido físico quanto no simbólico, na medida em que pretendem contribuir para a reinserção dos moradores de rua na sociedade. Ou, indo ainda

⁴ É importante lembrar que o conceito de espaço público criado por Habermas é ligado ao contexto burguês, que emerge no século XVIII, sobretudo na Alemanha, Inglaterra e França.

mais longe, é necessário se interrogar se eles querem ser agentes de construção desse espaço, como um elo da rede, abrindo-se a outros com o objetivo de “estar juntos”. O espaço se torna público justamente quando pode ser compartilhado.

Dominique Wolton alerta para o que considera um certo alargamento descontrolado do espaço público com o domínio das mídias. Ele ressalta que é preciso fortalecer os grupos tradicionais para que novos grupos, incompetentes e/ou perigosos, não tomem seu espaço, colocando em risco a ordem social. Mesmo que se concorde com o autor no que se refere, por exemplo, à ameaça de organizações clandestinas e paralelas, como a do tráfico de drogas no Brasil, há que se considerar a importância da entrada em cena de grupos em geral alijados dessa mesma ordem social.

Por isso, mesmo sem entrar no domínio da teoria sociológica, pergunto-me sobre o papel de grupos que surgem atualmente, como esses que produzem as revistas alternativas urbanas, objeto deste trabalho, que representam um caso de parceria em que pessoas de diferentes origens sociais se juntam para fazer uma publicação simples, em papel-jornal e/ou reciclado, que, mirando um público muito diversificado, entra no mercado, marcando um espaço, ainda que alternativo.

Ouso então pensar que as revistas seriam paradoxalmente o espaço onde um indivíduo autônomo, com um nome conhecido, compartilha seu lugar com outro, em geral anônimo, em um sistema de trocas. É justamente quando se aceita transigir com o outro que se ultrapassa o domínio do privado para se aventurar no espaço público. Essa esfera, enquanto lugar onde se exerce a democracia, poderia evitar a violência dos atos como os de que foram e são vítimas os moradores de rua brasileiros.

Castillo Durante diz que “a violência é a ação voltada para a destruição do outro, de sua cultura, de seu meio, de seus valores, da fé e do desejo que o fazem persistir em seu ser” (2004, p. 57). A palavra teria o poder de substituir a violência física e simbólica (Arendt, 2005). Segundo Arendt, o termo ação está estreitamente ligado à noção de mundo público: agir através da palavra. Nesse caso, agir não é sinônimo de fazer. Arendt acentua a diferença entre *travail*, *œuvre* e *action* e

propõe a ação como a base do mundo político, onde a palavra, o discurso é determinante. Para a filósofa, a condição humana não se completa senão através da palavra. Pode-se depreender daí uma mobilidade básica da vida social, a do diálogo, que, paradoxalmente, não se processa pelo trânsito físico-geográfico, nem necessariamente pelos deslocamentos midiáticos, mas sobretudo pelo poder de intervenção no espaço público, que seria então o lugar onde o nome individual perderia sua força em função do coletivo, onde se pode encontrar o outro e escutá-lo, onde se pode viver e conviver com o outro.

Nesse sentido, apesar do tempo que o espaço público requer para se formar, sua configuração torna-se móvel. É por isso que é importante examinar o trânsito dos agentes culturais que buscam novas formas de ação diante do fenômeno da globalização.

Sem tombar em uma falsa idealização, importa pensar se o processo de publicação e recepção dessas revistas poderia ser um exemplo de um movimento de reconstrução ou alargamento do espaço público: jornalistas e outros agentes sociais que, produzindo artefatos culturais híbridos, partilham a palavra com os excluídos, de quem se tornam companheiros de estrada. A enunciação lingüística das revistas traduz a enunciação pedestre, mostrando algumas marcas de pés descalços ao lado de outras de pés calçados. Tudo isso seria o espaço público, acolhendo a pluralidade de espaços entrecruzados, a palavra partilhada.

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.

CASTILLO DURANTE, Daniel. *Les dépouilles de l'altérité*. Montréal: XYZ, 2004.

DE CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1980. v. 1: Arts de faire.

_____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1: Artes de fazer.

HABERMAS, Jürgen. *L'espace public*. Trad. Marc de Launay. Paris:

Payot, 1990.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2. ed. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p. 11-46.

MARTIN BARBERO, Jesús. Globalización y integración desde la perspectiva cultural. In: LASARTE VALCÁRCEL, Javier (Coord.). *Territorios intelectuales: pensamiento y cultura en América Latina*. Caracas: Fondo Editorial La Nave Va, 2001. p. 35-50.

MOSER, Walter. Le recyclage culturel. In: MOSER, W. et al. (Orgs.). *Recyclages: économies de l'appropriation culturelle*. Montréal: Balzac, 1996. p. 23-52.

MOSER, Walter et al. *La culture en transit: locomotion, médiamotion, artmotion*. Chaire de recherche du Canada en transferts littéraires et culturels, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais na sociedade de informação. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p. 217-227.

WOLTON, Dominique. *Penser la communication*. Paris: Flammarion, 1997.

_____. Espaço público. In: _____. *Pensar a comunicação*. Trad. Zélia Leal Adghini. Brasília: EdUnB, 2004.

http://pt.wikipedia.org/wiki/jornalismo_alternativo

www.igutemberg.org/casti15.html


www.street-papers.org/11.htm – consultado em 13 set. 2007

www.sciencessociales.uottawa.ca/transferts/fra/intr.asp

EDITORIAL

O melhor presente


4º Pop



Vendedores da "Ocas" falam sobre seu trabalho na "4º Pop", evento no Itaip Cultural, em São Paulo

Um Brasil mais solidário

Festa Ocas-Coopamarc



Evento que marcou o Dia Mundial de Erradicação da Pobreza, realizado pela "Ocas" junto a Coopamarc - Cooperativas dos Catadores Autônomos de Papel, Araras e Materiais Reciclosáveis

A "Ocas" deseja a você um Feliz Natal.
E que 2003 dê muito trabalho - para todos.

Ocas
Saindo das ruas

Figura 1

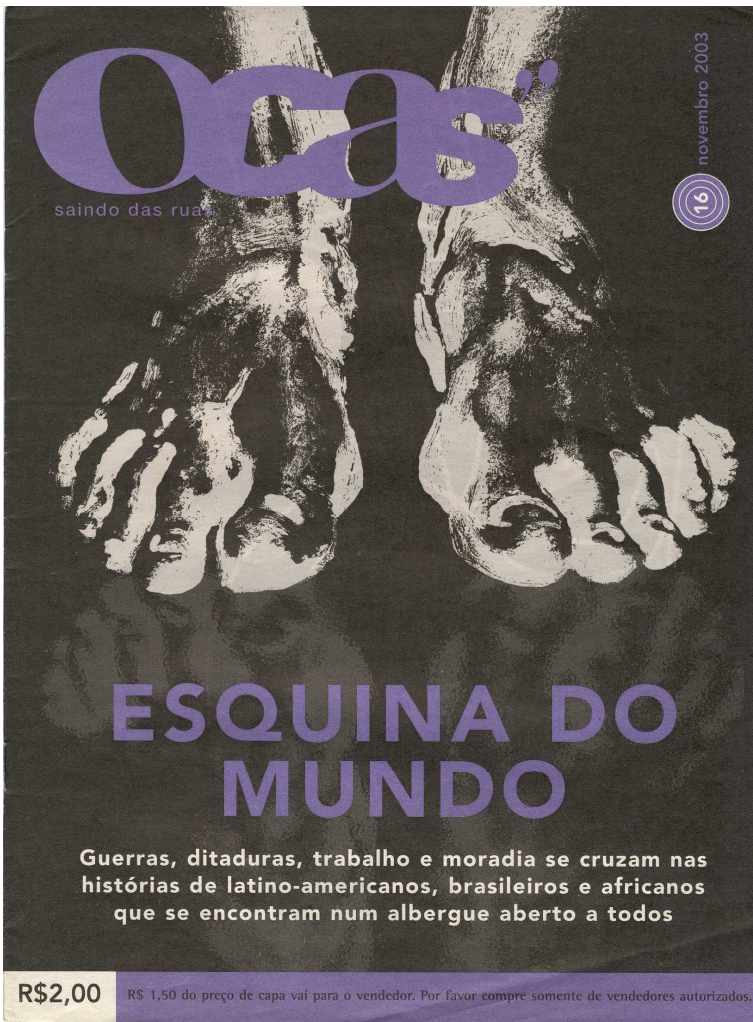


Figura 2



Figura 3